



Gerardo Magela/Agência Senado



Além do projeto que obriga partidos a se submeterem a regras de *compliance*, a CCJ votou ontem outros seis projetos, cinco deles vão para a Câmara dos Deputados

## Regras de transparência partidária vão à Câmara

Projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça obriga partidos políticos a cumprir normas para evitar atos de corrupção

**P**roposta que obriga os partidos políticos e seus dirigentes a se submeterem a programas de *compliance* foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça e segue para análise da Câmara dos Deputados. Pelo projeto, do senador

Antonio Anastasia, as legendas terão que cumprir uma série de normas para aumentar a transparência e evitar atos de corrupção.

A CCJ aprovou também projeto que estabelece que profissionais de saúde terão prazo de 24 horas para comu-

nicar à polícia os casos, suspeitos ou confirmados, de violência contra mulher atendidos em serviços de saúde públicos ou privados.

Senadores aprovaram urgência para a proposta, que pode ser votada hoje pelo Plenário. **3**

## Secretário quer autorização para mineração em terras indígenas

Em audiência ontem na Comissão de Agricultura, o secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, disse que a mineração em terras indígenas pode ser liberada no país, desde que os índios tenham autorização do Congresso para se tornarem produtores.

— Já existem experiências bem-sucedidas de agricultura em terras indígenas. São índios que estão produzindo em vez de “mamar nas tetas do governo” — disse Garcia. **8**

**Tremores em Maceió serão tema de debate **6****



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Zenaide, Kajuru, Serra, Styvenson e Heinze durante reunião da CAS

## Avança texto que aumenta restrições a venda de cigarro

O consumo, a venda e a propaganda de cigarros e outros produtos de tabaco devem ficar mais difíceis. É o que estabelece projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais. Pela proposta, fica proibida qualquer forma de

propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de cigarros ou outro produto fumígeno, além do uso de aditivos que confirmam sabor e aroma. De autoria de José Serra, o projeto segue para a Comissão de Agricultura. **4**

## Senadoras criticam proposta que elimina cotas de gênero

Projeto de Angelo Coronel que acaba com as cotas de gênero nas eleições recebeu voto contrário de Fabiano Contarato e foi criticado em Plenário pela bancada feminina.

Eliziane Gama, Rose de Freitas, Simone Tebet, Daniella Ribeiro e Zenaide Maia defenderam as cotas para ampliar a presença de mulheres na representação política. **7**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eliziane Gama defende em Plenário debate mais aprofundado sobre a proposta

**Senado destaca Dia da Síndrome de Down **2****

**Estatuto da Cidade será discutido hoje em audiência **4****

## SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em [www.senado.leg.br/simplificou](http://www.senado.leg.br/simplificou)



# Bolsonaro entrega texto de aposentadoria de militares

Chegada do projeto à Câmara ocorre no prazo-limite previsto pelo governo e atende à condição dos líderes partidários para destravar o andamento das mudanças na Previdência dos servidores civis

O PRESIDENTE DA República, Jair Bolsonaro, entregou ontem ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o projeto de lei que muda o sistema de Previdência dos militares. A chegada do projeto ocorre no prazo-limite previsto pelo governo e atende à condição imposta por líderes partidários para destravar a reforma da Previdência dos servidores civis (PEC 6/2019) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara. De acordo com o governo, a proposta representará uma economia de R\$ 10,45 bilhões em dez anos.

Bolsonaro fez um apelo ao presidente da Câmara por rapidez na tramitação das reformas de civis e militares.

— Humildemente, faço um apelo a vocês, para que essas propostas, no máximo no meio do ano, cheguem a um ponto final e nós possamos sinalizar que o Brasil está mudando — disse.

O presidente da República acrescentou que seria desi-

gual fazer novos ajustes sem reestruturar as carreiras.

— Se os senhores buscarem essa medida provisória e juntarem com o que chegou aqui agora, em relação ao aumento de tempo de serviço e de contribuição, vocês terão certeza de que a reforma é mais profunda do que a dos civis — acrescentou.

Maia também defendeu a reestruturação das carreiras dos militares como forma de equilibrar as perdas acumuladas na comparação com servidores civis.

— Durante esses anos todos, as carreiras civis dos três Poderes foram sendo beneficiadas pela aproximação do piso e do teto, pela criação de estruturas extrassalariais para civis e hoje temos uma estrutura em que um general quatro estrelas recebe o mesmo que um consultor legislativo em começo de carreira — disse.

Ele se comprometeu a encaminhar as propostas e sugeriu a participação efetiva do governo e de líderes da

base governista no processo de convencimento.

— Nós temos que mostrar aos parlamentares que não têm uma cabeça liberal na economia, que é essa agenda que vai nos reaproximar da sociedade brasileira, que vai acabar com o divórcio da política com a sociedade, quando o Estado puder voltar a investir e voltar a gerar empregos e qualidade de serviço em áreas fundamentais, como saúde e educação.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, explicou que a reestruturação das carreiras era uma demanda antiga e que iria acontecer de qualquer maneira, sendo apenas adiantada.

— Por circunstâncias, a reestruturação está ocorrendo ao mesmo tempo. Mas se olharmos pelo lado da contribuição para a Previdência, estamos chegando a dezenas de bilhões de ajustamento, de esforço que a categoria está fazendo.

Da Agência Câmara

## Comissão faz evento pelo Dia da Síndrome de Down

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, Dia Internacional da Síndrome de Down, às 9h, o seminário Ninguém Fica para Trás, que tem o objetivo de sensibilizar a sociedade. Na mesma ocasião, será lançado um vídeo sobre a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2015, conhecida por Estatuto da Pessoa com Deficiência) traduzida em Libras, a língua brasileira de sinais.

A síndrome atinge cerca de 300 mil pessoas no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De iniciativa do presidente da comissão, senador Romário (Pode-RJ), o evento é realizado há oito anos no Senado.

O seminário também foi requerido pelos senadores Eduardo Girão (Pode-CE) e Flávio Arns (Rede-PR) e tem o apoio do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

O Dia Internacional da Síndrome de Down está incluído no calendário da Organização das Nações Unidas (ONU) e é comemorado pelos 193 países-membros. A síndrome de Down é uma alteração genética na divisão celular do óvulo, resultando em um par a mais no cromossomo 21, chamado trissomia, por isso a escolha da data em 21 de março.

A comemoração contará com seminário, palestras,

peça teatral, apresentações de dança e música, homenagens e exposições do projeto educacional Conta e Lê, do Movimento Down, do Projeto Judô Precoce e da Central Humanizada de Acolhimento à Trissomia 21 (Chat 21), que realiza pronto atendimento às famílias.

Também é parte do evento o lançamento do vídeo com tradução em Libras sobre a Lei Brasileira de Inclusão. Produzido pela TV Senado, por sugestão de Romário, o vídeo possui também legendas e narração em português.

Para a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, é fundamental dotar todo cidadão de instrumentos para que ele possa exercer a cidadania.

— Por meio desse vídeo, é possível trazer a Lei Brasileira de Inclusão para todas as pessoas que usam a Libras como sua língua mãe. Na verdade, é dotar esse público da possibilidade de ter melhores informações sobre a norma que o protege.

Segundo a diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Angela Brandão, o vídeo é um passo, “ainda que pequeno”, no caminho para uma comunicação do Senado 100% inclusiva.

Programação do evento na CAS: <http://bit.ly/progSindromeDown>

Vídeo sobre a Lei de Inclusão: <http://bit.ly/videosInclusao>

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CAS Dia da Síndrome de Down

9h Seminário Ninguém Fica para Trás.

#### CDH Prédios e serviços adaptados

9h Entre 13 itens, o PLS 402/2018, sobre adaptações para pessoas com deficiência.

#### CFC Tremores em Maceió

9h30 Audiência para debater situação de tremor de terra no bairro do Pinheiro, em Maceió.

#### CRE Informações sigilosas

10h Análise de acordo com a Espanha.

#### VENEZUELA Plano de trabalho

10h Apresentação do plano de trabalho da subcomissão sobre o país vizinho.

#### PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Na pauta, o PLC 61/2017, que obriga o registro em prontuário quando houver indícios de violência contra a mulher.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

Marcos Brandão/SENADO FEDERAL



O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, fez uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e aproveitou para defender duas medidas provisórias que tiveram comissões mistas do Congresso instaladas ontem. A MP 861/2018 prevê a transferência para o DF da junta comercial local, hoje sob responsabilidade da União. Já a MP 862/2018 autoriza a criação de região metropolitana para integrar o DF a cidades de Goiás e Minas Gerais.

### RÁPIDAS

#### MINISTRO DA EDUCAÇÃO EXPLICARÁ MORATÓRIA EM CURSOS DE MEDICINA

Uma audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre a demora na abertura de novos cursos de medicina, será promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O requerimento, apresentado por Styvenson Valentim (Pode-RN), foi aprovado ontem na comissão.

Em sua justificativa, o senador observou que essa moratória coincide com a decisão do Ministério da Saúde de extinguir o Programa Mais Médicos.

O fato preocupa Styvenson, diante do déficit no número de médicos, especialmente em regiões mais remotas do país. A data da audiência ainda será agendada pela secretaria da CAS.

#### CRIAÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA PESSOA IDOSA SERÁ TEMA DE DEBATE

A CAS realizará audiência para discutir a criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa, na primeira semana de outubro. O requerimento para o debate, apresentado por Marcelo Castro (MDB-PI), foi aprovado ontem.

Ao justificar, o senador comentou que a população idosa (acima de 60 anos) deverá dobrar no Brasil até 2042, segundo projeção do IBGE. Para ele, a semana nacional é uma oportunidade de dar destaque às questões dessa camada da população.

Uma lista de debatedores já foi definida e reúne, entre outros, representantes da Universidade da Maturidade, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

#### ADIADA VOTAÇÃO DE PROJETO QUE AMPLIA NÚMERO DE FAMÍLIAS COM DIREITO AO BPC

A CAS adiou a votação de texto que amplia a faixa de renda familiar para receber o Benefício da Prestação Continuada (BPC). A proposta (PLS 374/2018) recebeu parecer favorável do relator, Romário (Pode-RJ), mas os demais senadores da comissão pediram vista.

Segundo o texto, o benefício passaria a ser pago às famílias de idosos e pessoas com deficiência sem meios de se manter cuja renda mensal per capita seja de até três quintos do salário mínimo, o que hoje corresponderia a R\$ 598,80. Atualmente o limite de renda per capita é de até um quarto do salário mínimo (R\$ 249,50).

Da CAS, a proposta seguirá para decisão final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Geraldo Magalhães/Agência Senado



Randolfe, relator, Tasso Jereissati, Anastasia, autor do projeto, Esperidião Amin e Lasier Martins durante reunião

## Projeto obriga partidos a seguir regras de integridade

Vai à Câmara proposta que determina a comprovação pela Justiça da execução de medidas de *compliance* pelas legendas e as sujeita, se descumprirem as normas, à perda temporária de fundo

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que obriga partidos políticos a cumprir uma série de normas para aumentar a transparência e evitar atos de corrupção.

A proposta altera a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096, de 1995) para submeter seus representantes a programas de *compliance*, um sistema de integridade amparado em regras de responsabilidade social e princípios éticos. Caso não cumpram as normas, as legendas podem ficar sem receber recursos do fundo partidário. Como foi aprovado em caráter terminativo pela CCJ, o PLS 429/2017 deve seguir para a Câmara dos Deputados.

De Antonio Anastasia (PSDB-MG), o texto determina que cada partido ficará obrigado a prever o programa de integridade em seu estatuto. Esse plano deverá reunir um conjunto de mecanismos internos de controle, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, e uma estratégia para aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, política e diretrizes, com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e outros ilícitos atribuídos ao partido.

“Como qualquer pessoa jurídica, os partidos políticos também devem ter procedimentos e controles robustos, baseados nas melhores práticas

nacionais e internacionais, a fim de evitar irregularidades e ilícitos, principalmente por lidarem com recursos públicos”, diz Anastasia na justificativa.

### Fundo Partidário

A proposta também autoriza o ajuizamento, pelo Ministério Público ou por partido político, de representação na Justiça Eleitoral em caso de denúncia contra alguma legenda por falta de efetividade ou inexistência de programa de integridade.

No entanto, o texto traz uma ressalva capaz de resguardar a isenção do diretório nacional nesses episódios. A instância partidária fica livre das sanções relativas ao fundo se comprovar a efetividade do respectivo programa de integridade e ficar constatado, após apuração interna, que somente os dire-

tórios estaduais ou municipais tenham sido responsáveis pelas irregularidades descobertas.

Na avaliação do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é “oportuno e conveniente” que a Justiça seja chamada a comprovar o cumprimento de medidas de *compliance* pelos partidos. O Código de Conduta e Integridade previsto no texto deverá se estruturar em três eixos: princípios, valores e missão do partido; orientações para a prevenção de irregularidades e de conflitos de interesses; e condutas vedadas a integrantes ou colaboradores do partido.

Pelo projeto, o partido terá que oferecer, duas vezes ao ano, treinamentos sobre legislação eleitoral, controles internos, governança, padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade.

### Moro participa de debate sobre pacote anticrime na quarta-feira

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), confirmou a presença do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, em audiência na quarta-feira.

O ministro foi convidado, por requerimento de Lasier Martins (Pode-RS), para detalhar seu pacote anticrime.

No lançamento da Frente Parlamentar da Segurança

Pública, ontem, Moro pediu que o Congresso se debruce sobre as propostas. O ministro disse que, para ele, o pacote poderia tramitar ao mesmo tempo que a reforma da Previdência.

— Na minha avaliação, isso pode tramitar em conjunto, não haveria maiores problemas, mas vamos conversar. Estamos abertos ao diálogo.

## Plenário pode votar prazo para notificar violência contra mulher

Está pronto para votação em Plenário projeto com medidas para que casos de violência contra a mulher sejam notificados rapidamente ou que não deixem de ser notificados à polícia. O PLC 61/2017 foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e teve pedido de urgência referendado pelo Plenário.

O texto, da deputada Renata Abreu (Pode-SP), estabelece que os profissionais de saúde terão prazo de 24 horas para comunicar à polícia os casos de suspeita ou confirmação de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados. De acordo com a autora, ao registrar o fato, o profissional de saúde estaria contribuindo não só para a notificação, mas também para a prevenção e apuração dessa prática criminosa.

Inicialmente o projeto pretendia acrescentar essa previsão à Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), mas a relatora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), decidiu elaborar um substitutivo deslocando a medida para

a Lei 10.778, de 2003, que já regula a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Se for aprovado com as mudanças, o texto terá que voltar à Câmara dos Deputados.

“A constitucionalidade do projeto poderia ser questionada em razão de prever obrigações às polícias estaduais e aparente tarefa às secretarias estaduais, o que poderia ser entendido como desrespeito à autonomia dos estados, prevista na Constituição, e à reserva de iniciativa legislativa do tema pelos governadores”, explica Maria do Carmo.



Maria do Carmo relatou na CCJ o projeto, que vai a Plenário

## Gestantes poderão ter direito a adiar teste físico em concursos

Gestantes inscritas em concurso público poderão ter o direito de fazer as provas de aptidão física em data diferente da estabelecida em edital. É o que determina projeto aprovado ontem por unanimidade na CCJ. Caso não haja requerimento para análise em Plenário, o PLS 83/2018 seguirá para a Câmara.

Pelo texto, a remarcação do teste físico poderá ocorrer de 30 a 90 dias após o parto e será concedida independentemente da data de início da gravidez, da condição física e clínica da gestante, da natureza e do grau de esforço do exame físico e do local de realização do teste. O autor, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), defendeu que a grávida não deverá ser prejudicada na disputa a um cargo “por sua circunstância pessoal transitória”.

“O poder público deve proteger a maternidade, assim como o mercado de trabalho da mulher. A medida visa efetivar a igualdade material de gênero, sob a ótica da igualdade de oportunidades”, afirma Bezerra na justificativa do projeto.

O relator da proposta, Lasier Martins (Pode-RS), disse que o projeto garante isonomia entre os candidatos e igualdade material às mulheres gestantes.

— O projeto é tão simples quanto humano e justo — afirmou o senador.

O texto diz ainda que a nomeação da candidata permanecem condicionados à aprovação no exame de aptidão física e que as regras não se aplicarão a outros testes, como psicotécnicos ou provas orais e discursivas.

## Ocupante de imóvel tomado por banco terá preferência em leilão, aprova colegiado

Quem ocupar imóvel tomado por banco oficial para pagamento de prestações em atraso poderá ter preferência na sua venda em leilão. Essa prioridade está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 582/2015, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta é da presidente

do colegiado, Simone Tebet (MDB-MS), e teve como relator Antonio Anastasia (PSDB-MG). O projeto vai agora para a Câmara dos Deputados.

A possibilidade aberta pelo projeto se aplicaria à revenda de imóveis residenciais avaliados em menos de 10% do valor máximo dos imóveis

financiáveis pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e resgatados por instituição oficial de crédito por inadimplência do mutuário.

Seus ocupantes — sejam eles os próprios mutuários devedores ou não — teriam preferência nessa aquisição, mas sob algumas condições. Teriam, por exemplo, de

indenizar o banco financiador em montante correspondente a 0,4% do valor do imóvel por mês de ocupação, além do cumprimento de outras exigências fixadas pelo credor.

Simone acredita que a solução apontada pelo projeto vai combater a desvalorização desses imóveis, uma vez que os preços costumam

ser rebaixados porque os compradores terão de retirar seus ocupantes após a compra. Além de trazer prejuízos ao agente financiador, essa situação pode levar ao despejo de famílias de boa-fé que poderiam se interessar em adquirir regularmente o imóvel, advertiu a autora da proposta.



# Debatedores querem mais incentivo para desenvolvimento da Amazônia

Representantes da Sudam, da Suframa e do banco da região falaram de capacidade de investimento e pediram menos burocracia

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ouviu ontem representantes das três maiores instituições empenhadas no desenvolvimento sustentável da região amazônica: o Banco da Amazônia (Basa) e as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Zona Franca de Manaus (Suframa).

O diretor de Crédito e Distribuição do Banco da Amazônia, Francimar Maciel, mostrou que o Basa participa com cerca de 63% do crédito para investimentos. O objetivo para os próximos anos, segundo ele, é o Basa e a Sudam darem atenção aos 92 municípios de baixa renda e com pouca capacidade de investimento.

Confúcio Moura (MDB-RO) se posicionou contra o discurso que exalta a miséria dos ribeirinhos. Segundo o

senador, o cidadão que vive na Amazônia não deve estar alienado porque está no meio da floresta, pelo contrário.

— Chega de ter orgulho do pobre da Amazônia. Tem que levar aulas de excelência para escolas da floresta, internet, deixar o caboclo vender os produtos on-line.

## Produção local

Os representantes da Sudam explicaram que o planejamento estratégico da entidade prevê investimentos incluídos e sustentáveis para atrair e manter o setor privado, estimular a expansão e a melhoria da infraestrutura, aumentar a atuação em políticas e planos regionais e fomentar as atividades produtivas e arranjos produtivos locais.

A diretora de Planejamento e Articulação de Políticas, Keila Rodrigues, demonstrou como

esse olhar sobre a produção local funciona com o mapeamento das rotas de integração.

— O trabalho é feito de forma articulada porque juntamos os atores, envolvemos a sociedade civil, a iniciativa privada e o governo. Muitas vezes essa articulação não depende de recursos financeiros, mas de ações entre as pessoas e as empresas que participam daquela cadeia de produção.

## Renúncia fiscal

Zequinha Marinho (PSC-PA) sugeriu que o Pará seja mapeado para as rotas voltadas para a produção de carne e de couro bovino, que, segundo ele, são de primeira qualidade.

Eduardo Braga (MDB-AM) rechaçou a acusação de que o Norte e o Nordeste são os grandes responsáveis pela renúncia fiscal. De acordo com ele, o Sudeste concentra 48%

das renúncias.

Se isso não estiver claro, disse, o risco é a extinção das três entidades — Basa, Suframa e Sudam — e o fomento do desenvolvimento sustentável correria risco de retroceder.

O superintendente da Sudam, Paulo Roberto Correia da Silva, pontuou a necessidade de mudanças no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), gerido pela Sudam e direcionado ao financiamento de projetos privados de infraestrutura, setores tradicionais, de inovação tecnológica e de serviços para os estados da região da Amazônia Legal.

Ele explicou que não faltam projetos, mas alguns “obstáculos” criados para uso do FDA desde 2007 estariam tornando os investimentos pouco atrativos para os bancos operacionarem essas ações.

Recém-empossado na Suframa, Alfredo Menezes mostrou as linhas de ação para nos pontos de zona franca localizados em Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá: a desburocratização de marcos legais, a modernização dos sistemas, a diversificação da matriz econômica, e o destravamento do Processo Produtivo Básico (PPB) para efetiva industrialização.

— Esse é o principal ponto. Ele acaba sendo uma amarra para o desenvolvimento da região e atração de negócios.

## Para Paulo Rocha, aproximação com EUA prejudica país

Paulo Rocha (PT-PA) criticou ontem o proposta de reforma da Previdência e a aproximação do governo com o presidente dos EUA, Donald Trump.

— São verdadeiros vendilhões do nosso patrimônio para outros países, principalmente para os Estados Unidos. Escancaram nossas portas e a entregam a nossa riqueza. E agora, com essa reforma, na verdade, é acabar com a Previdência pública e entregar para o lucro fácil, por meio da capitalização — disse.



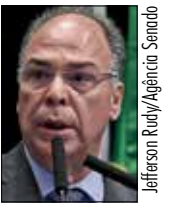
Jefferson Rudy/Agência Senado

## Nova Previdência avança em três meses, diz Bezerra

A reforma da Previdência deve ser aprovada no primeiro semestre deste ano, afirmou ontem Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Para o senador, o atual modelo do regime previdenciário é desigual do ponto de vista social e insustentável financeiramente.

— Haverá uma aproximação significativa entre os regimes, respeitados os direitos adquiridos e a transição. Essa aproximação irá acabar com privilégios de algumas categorias.



Jefferson Rudy/Agência Senado



O superintendente da Suframa, Alfredo Menezes, fala em audiência pública dirigida por Izalci Lucas (C)

# Comissão de Assuntos Sociais aprova novas restrições ao fumo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 769/2015, que aumenta as restrições à propaganda, à venda e ao consumo de cigarros e outros produtos de tabaco. Entre outras medidas, o projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997) para enquadrar o ato de fumar em veículos com passageiros menores de 18

anos como infração de trânsito. De autoria de José Serra (PSDB-SP), a proposta recebeu parecer favorável, com seis emendas do relator, Humberto Costa (PT-PE).

O texto pretende proibir qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de cigarros ou outro produto fumígeno, além do uso de aditivos que confirmam sabor e aroma. A padronização

das embalagens foi inserida nesse conjunto, devendo os rótulos trazerem apenas advertências quanto aos riscos do fumo à saúde, abandonando cores e logomarcas.

Além de manter duas emendas de redação aprovadas pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o relator agregou quatro emendas. Uma

das mudanças mais relevantes foi a inclusão das empresas importadoras de produtos fumígenos na proibição de patrocínio institucional, em vez de limitar essa vedação apenas aos fabricantes e exportadores.

Humberto também eliminou o dispositivo que determinava à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a regulamentação desse conjunto de medidas. Segundo o senador,

essa tarefa se restringe à esfera de competência privativa da Presidência da República. Por fim, ele estabeleceu que a lei deve entrar em vigor 90 dias após a publicação.

O texto segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e, depois, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que pode votá-lo em caráter terminativo.

# Colegiado discute hoje Estatuto da Cidade e fim do teto de gastos

Oito projetos, uma sugestão legislativa e quatro requerimentos de audiências estão na pauta de hoje da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que se reúne às 9h. O primeiro item é o PLS 402/2018, do ex-senador Hélio José, que modifica o Estatuto da Cidade. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), considera a proposta positiva por garantir a chamada acessibilidade plena.

— O projeto passa a garantir que todas as cidades incorporem as regras de acessibilidade e mobilidade ao realizarem o desenho, os seus projetos de desenvolvimento urbano. As ruas, calçadas, prédios, praças, enfim, tudo que compõe uma cidade tem de ser pensado levando em conta a possibilidade de todos poderem usufruir. Não se pode haver bloqueios, ausência de cal-

çadas, não previsão de acesso de cadeirantes. As cidades são para todos: deficientes, idosos, jovens, negros, índios, brancos — enumerou.

O projeto tem relatório favorável de Romário (Pode-RJ).

Também estará na pauta a Sugestão Legislativa 31/2018, apresentada por meio do Portal e-Cidadania no ano passado, que propõe a revogação da Emenda Constitu-

cional 95, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, chamada Emenda do Teto de Gastos. Paulo Paim se declarou defensor da possibilidade de apresentar propostas pela internet e está favorável à iniciativa.

— Temos de reverter o congelamento dos gastos públicos para voltarmos a investir no país. Sendo aprovada na CDH, se tornará uma proposta de

emenda à Constituição e passará a tramitar no Congresso — destacou o senador

Por último, há requerimentos de realização de audiências públicas sobre a Campanha da Fraternidade de 2019, sobre violência sexual e pedofilia na internet, sobre segurança nas escolas e conflitos atuais, além da que dispõe sobre representação na sociedade e na política.



# Eventos terão banheiros químicos acessíveis

Projeto que vai à sanção determina que, em shows e festas onde haja instalação desses sanitários, pelo menos 10% das unidades sejam destinadas a pessoas com deficiência

O SENADO APROVOU projeto que obriga a instalação de banheiros químicos com acessibilidade em eventos públicos ou privados. O PLC 32/2017 segue para sanção presidencial. Também ontem, o Plenário realizou a primeira sessão de discussão da PEC que permite a militares acumular o trabalho de professor (PEC 141/2015).

Relatado pelo senador Romário (Pode-RJ), o projeto sobre acessibilidade determina que eventos em espaços públicos ou privados nos quais haja instalação de banheiros químicos deverão contar com, no mínimo, 10% das unidades destinadas a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a um, o projeto assegura a colocação de pelo menos uma unidade.

Romário elogiou a iniciativa.

— Pode parecer para muitos que não tem relevância, mas, diferentemente do

que podem imaginar, as pessoas que têm mobilidade reduzida necessitam muito — disse o senador.

Entre os que se manifestaram a favor do projeto, Rose de Freitas (Pode-ES) e Eliziane Gama (PPS-MA) afirmaram que a disponibilidade de banheiros químicos adaptados deveria ser uma prática espontânea. Como não é, torna-se necessário regulamentar o tema.

## IBGE

Eliziane observou também que, segundo dados do IBGE, mais de 20% da população brasileira é portadora de alguma forma de deficiência. Para exemplificar o alcance da questão, ela lembrou que o próprio Senado precisou fazer uma série de adaptações nas suas dependências para receber a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), que é tetraplégica e assumiu o mandato.

Flávio Arns (Rede-PR) destacou que as pessoas com deficiência devem ter a



O Plenário também discutiu a PEC que permite aos militares acumular trabalho de professor

possibilidade de “fazer o que quiserem sem a ajuda de outras pessoas”. Jorge Kajuru (PSB-GO) ressaltou o apoio unânime à aprovação do projeto.

Romário aproveitou a votação para anunciar a realização do seminário “Ninguém fica para trás”, hoje, no Au-

ditório Petrónio Portella, do Senado. Iniciativa do deputado Marx Beltrão (PSD-AL), o evento marca o Dia Internacional da Síndrome de Down.

A PEC de iniciativa da Câmara que autoriza militares a exercer de forma cumulativa cargos de professor ou de profissões na área da saúde ainda precisa ser discutida em mais quatro sessões antes da votação em primeiro turno. Depois, a proposta passa por mais cinco sessões de discussão para ser votada em segundo turno.

A permissão para conciliar o magistério com a profissão já é assegurada a servidores civis. A proposta altera a Constituição para estender essa autorização aos militares dos estados e do Distrito Federal.

Caso o texto seja aprovado, os militares precisarão comprovar a compatibilidade de horários para exercer os novos cargos, o que já é exigido dos servidores civis.

## Vai à promulgação apresentação obrigatória de relatório da IFI

O Plenário aprovou ontem proposta que torna obrigatória a apresentação semestral dos balanços da Instituição Fiscal Independente (IFI) à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto de resolução (PRS 5/2018) vai à promulgação.

O texto formaliza uma prática já adotada e servirá para fortalecer a IFI, criada pelo Senado para ampliar a transparência nas contas públicas.

— A formalização da prática é

essencial. A medida é correta, e fortalecerá a IFI e o Senado. Poderemos apresentar periodicamente análises aprofundadas à comissão sobre a evolução da economia brasileira, avançar no debate fiscal e econômico — avaliou o senador José Serra (PSDB-SP).

A aprovação do projeto também foi comemorada pelos senadores Paulo Rocha (PT-PA), Irajá (PSD-TO) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-

PE), líder do governo.

A IFI tem como funções divulgar estimativas de parâmetros relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários, analisar o desempenho de indicadores e mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos três Poderes, e projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio do setor público, entre outras.

## Guaira, no Paraná, será compensada pela construção de Itaipu

O Plenário aprovou, em votação simbólica, o projeto que destina a Guaíra (PR) 8% do total dos royalties que a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional repassa aos entes federados diretamente afetados pela sua construção. O PLC 94/2015 segue para sanção.

A compensação é paga a estados e municípios brasileiros afetados pela construção do reservatório da usina, administrada pelo Brasil e pelo Paraguai. Atualmente, o repasse é proporcional à

extensão de áreas submersas pelo lago de Itaipu e a quantidade de energia gerada mensalmente. “O critério atual não leva em conta que as áreas inundadas têm potenciais diferentes para geração de desenvolvimento econômico nos municípios”, resalta Flávio Arns (Rede-PR). Hoje, Guaíra recebe 1,85% do montante destinado aos municípios.

A cidade, de acordo com o autor da proposta, o ex-deputado Osmar Serraglio, foi a cidade mais afetada pelo

projeto de Itaipu. “Embora não tenha sido alagada uma grande área, Guaíra foi prejudicada pela perda do Salto de Sete Quedas, que era um ponto turístico responsável por parte importante de sua receita. Com a construção da usina, o município teve redução significativa de arrecadação e jamais obteve compensação compatível com os prejuízos ocorridos”, argumenta o autor.

A construção do lago de Itaipu inundou o Salto de Sete Quedas em 1982.

Os outros 15 municípios afetados com o lago tiveram perdas apenas de áreas agricultáveis. O projeto objetiva reparar essa injustiça, disse Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A cidade recebeu US\$ 80 milhões a título de compensação financeira entre 1985 (data em que a hidrelétrica começou a operar) e maio de 2016. O valor fica bem abaixo das perdas impostas ao município, segundo Serraglio.

## Plínio Valério defende mandato de oito anos para ministros do STF

Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu ontem proposta dele que estabelece mandato de oito anos para os futuros ministros da corte. A PEC 16/2019 determina que a escolha dos ministros seja de responsabilidade do presidente da República, com aprovação por maioria absoluta do Senado.

— Limitar o mandato traz duas coisas boas: uma é mostrar que ministro não é semideus. Ministro é um ser humano que foi guindado a uma função relevante. Outra é mostrar que eles também têm satisfação a dar.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Humberto Costa pede liberdade para Lula e critica Operação Lava Jato

Humberto Costa (PT-PE) pediu liberdade para o ex-presidente Lula, preso na Polícia Federal, em Curitiba, por corrupção e lavagem de dinheiro. O senador acusou a Operação Lava Jato de gerar grande perda econômica para o Brasil e disse que a força-tarefa tem sido “desconstruída” pelas últimas notícias.

— Essa operação, que nasceu para combater a corrupção, cumprir um papel, terminou sendo desvirtuada por projetos personalistas cada vez mais evidentes. Ela completou agora cinco anos sob questionamentos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Lasier cobra instalação de CPI para investigar tribunais superiores

Lasier Martins (Pode-RS) defendeu a instalação da CPI para examinar atividades dos ministros que integram os tribunais superiores, cujo pedido foi protocolado na terça-feira pelo senador Alessandro Vieira (PPS-SE). Lasier é favorável também à abertura de processo de impeachment contra o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

— Nos últimos três anos, temos dez pedidos de impeachment contra o ministro Gilmar Mendes feitos por cidadãos de várias áreas de atuação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Fiscalizar outros Poderes é dever do Legislativo, afirma Jorge Kajuru

É dever do Legislativo fiscalizar os outros Poderes, disse ontem Jorge Kajuru (PSB-GO) ao defender a instalação da CPI dos Tribunais Superiores. Para o senador, a investigação pode contribuir para que o Judiciário recupere a sua credibilidade como poder constituído.

— Nos últimos anos, a judicialização da política levou o Judiciário brasileiro a um protagonismo, chegando muitas vezes à partidização, o que, a meu ver, não fez bem à instituição, às vezes tomada pela soberba. E aí fecho com a Bíblia: “A soberba precede a ruína”.



Jefferson Rudy/Agência Senado



# Audiência debate tremores e fissuras de terra em Maceió

Comissão vai discutir hoje soluções para evitar que os danos sísmológicos que afetam três bairros se tornem uma catástrofe ambiental mais grave e buscar formas de auxiliar a população que foi atingida

A COMISSÃO DE Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) promove hoje uma audiência para debater o risco de catástrofe enfrentada em Maceió, nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, que estão sofrendo sérios danos sísmológicos.

Ainda são desconhecidas as causas dos tremores e rachaduras de terra, que estão produzindo danos em diversos imóveis da região.

O requerimento de audiência é do presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL). O senador disse que o assunto não é de interesse apenas dos bairros afetados, mas tema de extrema importância nacional.

— Estamos falando de uma possível catástrofe. O secretário nacional de Defesa Civil já disse que se trata de uma emergência e prioridade. Mais de 20 mil pessoas estão sendo afetadas e cerca de 800 pessoas já deixaram suas casas.

A Prefeitura de Maceió de-

cretou situação de emergência na região. Segundo o requerimento, o governo federal já determinou a adoção de ações para acelerar a identificação das causas.

De acordo com o relatório elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), a situação não se estabilizou e, por isso, está sendo monitorada pela Defesa Civil de Maceió, que alertou sobre a necessidade de evacuação dos imóveis em caso de chuva.

Entre os convidados que participarão da audiência pública estão o promotor de Justiça José Antônio Malta Marques e o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal de Oliveira.

Também devem comparecer ao debate na CTFC o diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM, Antônio Carlos Bacelar Nunes, e o secretário de Defesa Civil de Maceió, Dinário Lemos.



Debate foi requisitado pelo presidente da CTFC, senador Rodrigo Cunha

## Cinco comissões mistas de MPs escolhem dirigentes

Cinco comissões mistas para análise de medidas provisórias iniciaram seus trabalhos ontem com a eleição de presidentes e a indicação de relatores. As MPs 855, 858, 861, 862 e 863

foram editadas em 2018, ainda por Michel Temer. Com o recesso parlamentar e a posse do Congresso em 2019, no entanto, foi necessário aguardar as eleições dos dirigentes.

### Quem são os presidentes e relatores

#### MP 855/2018

Modifica a legislação sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica

- **Presidente:** sen. Wellington Fagundes (PR-MT)
- **Relator:** dep. Edio Lopes (PR-RR)

#### MP 858/2018

Extingue a empresa binacional Alcântara Cyclone Space

- **Presidente:** sen. Roberto Rocha (PSDB-MA)
- **Relator:** dep. Hildo Rocha (MDB-MA)

#### MP 861/2018

Transfere a Junta Comercial do DF do Governo Federal para o Governo do Distrito Federal

- **Presidente:** dep. Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF)
- **Relator:** sen. Izalci Lucas (PSDB-DF)

#### MP 862/2018

Altera o Estatuto da Metrópole para facultar a criação de região metropolitana ou aglomeração urbana composta pelo Distrito Federal e por municípios limítrofes

- **Presidente:** sen. Rodrigo Pacheco (DEM-MG)
- **Relator:** vago

#### MP 863/2018

Modifica o Código Brasileiro de Aeronáutica, permitindo até 80% de participação estrangeira nas empresas aeronáuticas brasileiras

- **Presidente:** dep. Wellington Roberto (PR-PB)
- **Relator:** sen. Roberto Rocha (PSDB-MA)

## Comissão decidirá se acordo Brasil-Espanha está superado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisará hoje projeto que ratifica acordo entre o Brasil e a Espanha relativo à segurança de informações sigilosas.

O relator do projeto na CRE, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), vota pela prejudicialidade da proposta.

O projeto se refere aos termos de acordo assinado em Madri em 2007. Depois de aprovado pela Câmara dos Deputados, o texto chegou ao Senado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 238/2011. Durante a tramitação na CRE, a proposta

foi retirada de pauta para que o presidente do Senado oficiasse à Presidência da República sobre a necessidade de adequar o acordo à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 2011).

De acordo com Anastasia, o Senado já deliberou sobre o mesmo o tema quando apreciou outro acordo entre Brasil e Espanha, em 2015, sobre troca e proteção mútua de informações classificadas. Na forma de um projeto de decreto legislativo, o acordo foi aprovado e promulgado em 2017. Dessa forma, Anastasia entende que o projeto está prejudicado e deve ser arquivado.

## Rogério defende oferta de prótese ocular pelo SUS

Rogério Carvalho (PT-SE) defendeu a aprovação de projeto que inclui pessoas com visão monocular no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Se aprovada, a lei possibilitará a oferta de prótese de olho pelo SUS. O PL 1.615/2019 foi apresentado pelo próprio Rogério, em conjunto com Wellington Fagundes (PR-MT), Otto Alencar (PSD-BA) e Rose de Freitas (Pode-ES).

— A prótese não é uma questão estética. É uma questão de garantir a condição de igualdade entre os indivíduos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Dário Berger registra aniversário de São José e Florianópolis

Dário Berger (MDB-SC) presitou homenagem em Plenário a Florianópolis, que completará 346 anos no sábado, e a São José (SC), que na terça-feira fez 296 anos. Segundo o senador, as duas cidades, das quais foi prefeito, tiveram transformações estruturantes que repercutiram positivamente na qualidade de vida dos moradores. Como exemplo ele citou a grande pavimentação de ruas de São José.

— As ruas pavimentadas têm uma distância equivalente à de Florianópolis ao Rio Grande do Sul.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Paim saúda físico Marcelo Gleiser por Prêmio Templeton

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou ontem o físico e astrônomo brasileiro Marcelo Gleiser, do Dartmouth College (EUA), que ganhou o Prêmio Templeton de 2019, conhecido como o Nobel do diálogo entre a ciência e a espiritualidade. Gleiser é o primeiro latino-americano a conquistar o prêmio.

— Gleiser é um dos principais proponentes da visão de que ciência, filosofia e espiritualidade são expressões complementares e que a humanidade precisa abraçar o mistério e explorar o desconhecido.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Proposta contra cotas partidárias é criticada

Texto que propõe eliminar a reserva de vagas para mulheres nas eleições recebeu voto contrário na Comissão de Constituição e Justiça e foi alvo de protestos em Plenário

O PROJETO QUE acaba com a cota para mulheres nas eleições recebeu ontem voto contrário de Fabiano Contarato (Rede-ES). O senador é relator do PL 1.256/2019 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Contarato, o texto é um retrocesso em importantes conquistas sociais e fere princípios constitucionais que garantem igualdade de direitos para homens e mulheres. No Plenário, o projeto também foi alvo de protestos da bancada feminina do Senado.

— A diversidade de gênero é que faz com que o debate na Casa legislativa seja pautado pela democracia e pelas diferenças — afirmou Contarato.

O projeto revoga artigo da Lei das Eleições (Lei 9.504, de 1997) para retirar a cota de candidaturas nas eleições proporcionais para cada sexo.

O autor, senador Angelo Coronel (PSD-BA), alega que alguns partidos compelem mulheres a entrar no processo eleitoral apenas para assegurar o percentual mínimo exigido de 30% de candidaturas femininas, as chamadas “candidaturas-laranja”. O relator, no entanto, argumentou que a expressão “cada sexo” refere-



Acompanhada por Simone Tebet (E) e Leila Barros (D), Rose de Freitas contesta projeto de Angelo Coronel

-se ao gênero, e não ao sexo biológico.

— Eu posso ter partido com 70% de mulheres e com 30% de homens, ou o inverso. Mas até nisso, o machismo, o preconceito, a discriminação já vêm para estabelecer que os 30% são para as mulheres — ressaltou.

Apesar de reconhecer que é praxe de alguns partidos atrair pessoas para conseguir coeficiente, Contarato frisou que a prática de candidaturas laranja não é restrita às mulheres.

— O que nós temos é que implementar medidas para que as mulheres participem.

Eu faço um apelo, convoco as mulheres de bem a entrarem, a se filiar em partido político, a ter essa representatividade. Não podemos admitir que, dos três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher é o Legislativo — afirmou.

## Protesto

As senadoras se manifestaram em Plenário contra o projeto. Eliziane Gama (PPS-MA) encaminhou requerimento pedindo que a proposta tramite também na Comissão de Direitos Humanos (CDH), para que o assunto seja deba-

tido com mais profundidade. Ela destacou o avanço para as mulheres nas últimas eleições, pois antes a participação era de menos de 10%.

— Agora, com a obrigatoriedade de direcionamento do fundo partidário para as mulheres, essa participação cresceu para 15%. Ou seja, as cotas são fundamentais para a garantia do nosso espaço na representação política brasileira.

A vice-líder do PODE, Rose de Freitas (ES) lembrou que março é o mês de comemoração pelo Dia da Mulher.

— Basta olhar numericamen-

te para as duas Casas legislativas e saber que não se colocou aqui dentro por organização deficitária, por discriminação, por tratamento diferenciado, o número de mulheres suficiente para que mais da metade da sociedade esteja representada.

Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que as mulheres não buscam privilégios, mas direitos e representatividade.

— Aliás, a mulher nunca teve privilégio no Brasil, nem antes nem depois da Constituição Cidadã. O que queremos e exigimos é que os nossos direitos sejam atendidos — disse.

Daniella Ribeiro (PP-PB) e Zenaide Maia (Pros-RN) discordaram da justificativa de combate às candidaturas de laranjas.

— Fraudes, desvios, corrupção têm que ser combatidos, mas com as armas adequadas, não com retirada de direitos — disse Daniella.

Zenaide garantiu que a bancada feminina vai resistir até derrubar o projeto.

— Vamos lutar. Não é possível que neste país, quando houver um erro, ao invés de apurar, vai-se retroceder em direitos ou acabar com as instituições. Precisamos de mais mulheres nos locais de comando.

## Advogado poderá substituir réu em audiência de juizado especial, decide comissão

Réus em ações nos juizados especiais cíveis poderão ser representados por seus advogados nas audiências realizadas em localidades distantes de sua residência, segundo projeto aprovado ontem por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A aprovação da proposta (PLS 307/2018), que tem decisão final na CCJ, ainda precisa ser confirmada em mais um turno de votação, antes de seguir para a Câmara

dos Deputados.

De Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o texto permitia a substituição do réu por seu advogado em audiências distantes, caso elas não pudessem ser feitas por videoconferência ou outro recurso em tempo real. Mas a relatora, Simone Tebet (MDB-MS), em substitutivo, retirou a condição.

Para ela, a exigência de não poder ser realizada uma videoconferência é desnecessária e não está em consonância com

as disposições do Código de Processo Civil (CPC), “que em trecho algum sugere a preponderância da videoconferência sobre os demais meios alternativos de realização de atos processuais”.

Apesar dessa ponderação, o substitutivo de Simone insere na Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099, de 1995) a possibilidade de participação por videoconferência, observando que, quando a lei foi editada, essa tecnologia ainda não

estava acessível à realização de atos processuais.

O texto de Simone também detalha os poderes especiais que serão concedidos aos advogados incumbidos da representação. Eles poderão confessar, reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir e até renunciar ao direito sobre o qual se baseia a ação. A substituição não é admitida apenas nos casos em que o CPC exige o depoimento pessoal das partes.

Na justificativa do projeto, Maria do Carmo afirma ter se inspirado nos valores de simplicidade, economia processual e celeridade, “marca dos juizados especiais”, para solucionar ausência de réus que moram longe dos locais das audiências. Simone acrescentou que “não é raro o réu ter de enfrentar óbices significativos, inclusive de natureza financeira, para comparecer a audiências a serem realizadas em comarcas distantes”.

## Arns destaca atuação da Pastoral da Criança

O trabalho da Pastoral da Criança no município de Palmas (PR) foi lembrado por Flávio Arns (Rede-PR), ontem no Plenário. O senador destacou homenagem prestada à instituição pela Câmara de Vereadores da cidade.

— Eu gostaria de destacar o grande trabalho, do qual a gente tem muito orgulho, no Brasil e no mundo, desenvolvido pela Pastoral da Criança, que é uma pastoral da Igreja Católica com a participação de outras igrejas e mesmo de pessoas que, eventualmente, não professam uma religião, mas que gostam de ver promovidas a saúde e a vida das nossas crianças.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Selma cobra compensação de perdas com Lei Kandir

Selma Arruda (PSL-MT) pediu ontem que o presidente da Câmara do Deputados, Rodrigo Maia, coloque em votação o projeto que determina o repasse de R\$ 39 bilhões aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal (PLP 511/2018). Segundo a senadora, o texto está pronto para ser votado em Plenário.

O projeto muda as regras no repasse de recursos da União aos estados exportadores, ao DF e aos municípios para compensar perdas impostas pela Lei Kandir. A lei isentou do pagamento de ICMS a exportação de produtos primários e semielaborados ou serviços, causando grande prejuízo aos estados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Veneziano quer relatório de agências reguladoras

As agências reguladoras devem ser obrigadas a encaminhar regularmente ao Congresso relatórios mostrando como estão sendo cumpridas as obrigações assumidas por empresas concessionárias de rodovias, aeroportos e outros serviços públicos, disse ontem em Plenário Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). O senador anunciou a apresentação de projeto nesse sentido, a ser encaminhado à Mesa do Senado.

— Vi matéria no jornal *Valor Econômico* informando que empresas elevam pedágios e não duplicam rodovias. A matéria mostrou a necessidade de nós chamarmos efetivamente as agências.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Daniella pede explicações sobre contratos na Paraíba

Daniella Ribeiro (PP-PB) pediu transparência e respostas do governo da Paraíba em relação aos contratos celebrados com a Cruz Vermelha, parceria público-privada responsável pela gestão dos hospitais públicos no estado. A senadora relatou a Operação Calvário, realizada pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco), no sábado, ocasião em que foi presa a ex-secretária estadual de Administração Livânia Farias.

— O desvio de recursos custou vidas de paraibanos, que morreram esperando um atendimento que não chegou — afirmou a senadora.



Jefferson Rudy/Agência Senado



# Secretário quer mineração em terra indígena

Responsável por área fundiária do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia defendeu, em audiência, que índios se tornem produtores. Ele criticou a Funai e a legislação ambiental

A MINERAÇÃO NAS terras indígenas poderá ser implantada no país, desde que os índios tenham a autorização do Congresso para se tornarem produtores. Essa foi a posição anunciada pelo secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Nabhan Garcia, durante audiência ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

— O que temos discutido é a possibilidade de o índio ser produtor. Já existem experiências bem-sucedidas de agricultura em terras indígenas. São índios que estão produzindo em vez de “mamar nas tetas do governo”, com milhares de ONGs atravessando esses recursos e os desviando. Só no ano passado foram gastos R\$ 1,5 bilhão com saúde em terras indígenas, mas nas



Senadora Soraya Thronicke preside audiência pública com Nabhan Garcia, do Mapa, e Jesus Corrêa, do Incra

aldeias só vemos índios nas piores condições, com um ou outro cacique em carros de luxo e morando em mansões nas cidades — disse Garcia.

O secretário pediu apoio dos senadores para resolver

disputas que trava com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A divergência se dá em relação ao Decreto 9.667, que transferiu, em 2 de janeiro deste ano, algumas atribui-

ções da Funai para a pasta da Agricultura. Garcia disse que o secretário-executivo do Ministério da Mulher, Sérgio Carazza, está dificultando a aplicação da diretriz governamental.

— Todos conhecem o des-serviço incalculável que a Funai já provocou ao país, mas eles estão resistentes às mudanças. E o Carazza vem sendo o porta-voz deles. Isso pode levar a uma situação catastrófica na questão fundiária indígena, vamos voltar à estaca zero. O Ministério da Mulher está bloqueando a transferência do georreferenciamento, do Sistema de Gestão Fundiária e dos cargos comissionados para o Mapa — criticou.

## Legislação

O secretário também afirmou que as legislações ambiental e indígena, elaboradas em governos anteriores, para ele, impedem o desenvolvimento do país.

— Como é que pode um estado como Roraima ter mais de 90% de seu território impedido de ter investimentos? Ou que rodovias em Mato Grosso estejam há oito anos paradas porque falta uma licença, ou porque um antropólogo diz que ali pode haver índios isolados. Milhares de produtores também caem na ilegalidade por causa disso, porque dizem que ali pode haver índios, só que ninguém vê esses índios.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) também criticou a condução histórica da demarcação das terras indígenas. Com mapas na mão, ele chamou a atenção para a coincidência das reservas serem localizadas em áreas ricas em minérios.

Para Luiz Carlos Heinze (PP-RS), o envolvimento internacional na pauta indígena brasileira está unicamente voltado para a exploração dos recursos minerais.

Já Lucas Barreto (PSD-AP) reclamou que também o Amapá estaria impedido de se desenvolver devido à aplicação da legislações ambiental e de demarcações.

— Cálculos desatualizados apontam que o Amapá tem, no mínimo, R\$ 1 trilhão em minérios. Só para citar um exemplo, somos ricos em fósforo, mas o fósforo que o Brasil consome tem que ser importado da Rússia — afirmou.

O senador Mecias de Jesus (PRB-RR) afirmou que a Funai tem deixado a população indígena de Roraima à míngua, e que está interessada em criar conflitos com o setor produtivo.

## Incra investigará compra de terra por estrangeiro

O Incra e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) estabeleceram uma parceria para investigar estrangeiros que queiram adquirir terras no Brasil. A informação é do presidente do Incra, João Carlos Jesus Correa, que também participou da audiência da CRA

— Adotamos uma prática recente de estabelecermos uma consulta ao GSI, voltada a uma consulta mais ampla, para verificar a natureza da intenção de estrangeiros que venham para cá adquirir terras na Amazônia ou

em outras áreas, visando principalmente considerar a licitude da intenção, bem como a natureza das pessoas físicas ou jurídicas que venham pra cá.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) pediu que o Incra e o Ministério da Agricultura acelerem a regularização fundiária e a titulação das terras aos pequenos produtores.

— Em Mato Grosso podemos fazer uma revolução sócio-econômica através do Incra e do Terra Legal (programa de regularização de

propriedades criado pela Lei 11.952, de 2009). Podemos até triplicar a produção só com a regularização fundiária para os pequenos. Isso a meu ver vale também para o resto do Centro-Oeste, para o Nordeste e para o país como um todo, desde que haja condições de acesso ao crédito. Com incentivos, podemos criar a nova classe média rural. Não existe mais classe média rural no país, ela foi socialmente achatada — disse Fagundes, solicitando também políticas de pesquisa e extensão para esses produtores.

## Ministério Público deve fiscalizar reintegração de posse

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto que inclui o Ministério Público (MP) na fiscalização das ações de reintegração de posse cumpridas por forças policiais.

O PLS 166/2017 altera o Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 2015) para prever o acompanhamento presencial, por integrante do MP, na execução de mandados judiciais de manutenção ou reintegração de posse em disputas coletivas pela posse de terra rural ou urbana.

A proposta — que obteve 17 votos favoráveis e nenhum contrário — é de Paulo Rocha (PT-PA) e recebeu parecer com duas emendas do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). O projeto é terminativo, ou seja, vai para a Câmara sem passar pelo Plenário, a menos que haja recurso.

Apesar de a legislação já prever a atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica em litígios coletivos pela posse da terra, Rocha argumenta que a fiscalização não tem sido capaz de impedir graves violações de direitos humanos no cumprimento dos mandados.

— Venho do Pará, onde os conflitos de terra são historicamente muito pesados, uma verdadeira guerra. Quando o juiz determina a desapropriação, os ânimos estão acirrados de um lado e de outro e os conflitos são iminentes. Depois fica o jogo de empurra: Quem são os culpados? Os ocupantes que receberam a polícia à bala ou os policiais que chegaram atirando?

A senadora Selma Arruda (PSL-MT), que já foi juíza, disse que muitas vezes acompanhou as execuções

de ordens por ela expedidas.

— Quando se tem uma decisão tão complexa, é fácil decretar no ar-condicionado e sentado na sua cadeira. Difícil é cumprir a decisão e aí eu defendendo os policiais, que estão agindo legitimamente. Existe a necessidade de fiscalização presencial sim.

## Emenda

Uma das emendas, apresentada por Oriovisto Guimarães (Pode-PR), estabeleceu que a ausência do MP na execução desses mandados — desde que devidamente intimado — não vai impedir seu prosseguimento.

— O juiz vai intimar o Ministério Público, mas o ato não deixará de ser executado, ainda que o membro do MP não compareça. Ou seja, continuará valendo a ordem judicial — reforçou Anastasia.

## Wagner homenageia líder religiosa Makota Valdina

Jaques Wagner (PT-BA) homenageou a líder e porta-voz das religiões de matriz africana Makota Valdina, que morreu ontem, aos 75 anos, em Salvador.

Professora, escritora e assistente do Terreiro Nzo Onimboyá, Valdina de Oliveira Pinto foi diretora da Federação Nacional de Culto Afro-Brasileiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia. Para o senador, Makota Valdina é símbolo das lutas contra a intolerância racial e religiosa.

— Trata-se de um exemplo vivo de mulher negra e lutadora, incansável nas convicções mais nobres da verdadeira alma baiana.

## Acordo para Brasil entrar na OCDE é prejudicial, diz Serra

O acordo feito pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, com os Estados Unidos para a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) será prejudicial ao comércio exterior brasileiro, disse ontem em Plenário o senador José Serra (PSDB-SP).

O acordo prevê que o Brasil passará a fazer parte da organização em troca da renúncia do tratamento especial que recebe perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) por ser país emergente.

— O ganho de obter o apoio para ingressar na OCDE não compensa os prejuízos causados pela renúncia de tratamento diferenciado na OMC.